



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO CARLOS
AGOSTO DE 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**Reitor**

Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho
Vice-Reitor

Prof. Dr. Romeu Cardozo Rocha Filho
Pró Reitoria de Graduação

Prof^a Dr^a Alice Helena Campos Pierson
Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Chefe do Departamento de Ciências Sociais

Prof. Dr. Marco Antônio Villa

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Prof. Dr. Fernando Antônio Azevedo

Vice- Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Prof. Dr. Marcelo Coutinho Vargas

Secretário do Curso: Ronaldo José Hipólito

COMISSÃO DE REFORMA CURRICULAR

Profa. Dra. Marina Cardoso (Relatora)

Prof. Dr. Marcelo Coutinho Vargas (Presidente)

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

Camila Maria Risso Salles (aluno)

Daniel Pícaro Carlos (aluno)

João Veridiano Franco Neto (aluno)

SUMÁRIO	Páginas
APRESENTAÇÃO	1
1. REFERENCIAS DO CURSO	2
2. A PROFISSÃO DE CIENTISTA SOCIAL	5
3. A FORMAÇÃO NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	9
4. PERFIL DO PROFISSIONAL	12
4.1 Perfil comum	
4.2 Perfil específico	
5. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	13
5.1 Descrição das principais competências e habilidades gerais	
5.2 Descrição das atitudes e procedimentos	
5.3 Competências específicas	
5.4 Áreas de formação	
6. GRUPO DE CONHECIMENTOS E CONTEÚDOS CURRICULARES BÁSICOS	15
6.1 Formação teórica	
6.2 Formação metodológica e instrumental	
7. GRADE CURRICULAR	17
7.1 Estrutura do curso (Quadro 1)	
7.2 Elenco de disciplinas obrigatórias por perfil (Quadro 2)	
7.3 Elenco de Disciplinas por perfil com n° de créditos e requisitos (Quadro 3)	
7.4 Elenco de Disciplinas Optativas (Perfil 6 e 7) por área (Quadro 4)	
7.5 Totalização dos créditos (Quadro 5)	
8. EMENTAS	25
9. FORMATO DOS ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES	37
9.1 Integração Ensino/Pesquisa/Extensão	
9.2 Atividades Complementares	
10. AVALIAÇÃO	38
11. INFRA-ESTRUTURA	39
11.1 Biblioteca Comunitária	
11.2 Núcleo de Pesquisa e Documentação	
11.3 Arquivo Ana Lagoa	
11.4. LIG-CS	

11.5.Sala de Informática

12. CORPO DOCENTE	41
13. ORGANIZAÇÃO DO CURSO	41
14. DADOS GERAIS DO CURSO	42

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelato em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos e é produto de uma discussão coletiva que envolveu todos os docentes e discentes do curso durante o ano de 2003 e parte de 2004.

O Curso de Ciências Sociais da UFSCar tem sua origem no Núcleo de Ciências Sociais, então vinculado ao Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação (DFCFE), que se transformou no Departamento de Ciências Sociais através da Portaria GR nº 463 de 06.11.1987. Na mesma época, passou a integrar também o Departamento de Ciências Sociais o Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD). Em 1986, antecipando-se à criação do curso de graduação em Ciências Sociais, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Ainda em 1987, uma comissão interna, composta pelos docentes José Albertino R. Rodrigues, Marina Cardoso, Flávio Luizeto e Ramón Peña Castro elaborou o projeto de criação do Curso de Graduação em Ciências Sociais em cumprimento ao projeto previsto no Plano Diretor. A proposta de criação foi aprovada pelo Parecer CEPE n 081/90 de 26/07/1990. Em 1991 teve o início das atividades da primeira turma com 40 matrículas, formada em 1994. Em 1996, o curso foi oficialmente reconhecido pelo MEC através da Portaria 1.220 de 05/12/1996.

A presente reformulação curricular, cujo resultado é apresentado neste documento, ocorre no contexto de um processo mais amplo de reformulação curricular, iniciado na UFSCar em 1998 e inserido em um movimento institucional de valorização das atividades de ensino, em especial dos cursos de graduação. Esse movimento teve como ponto de partida um processo de avaliação interna e externa desses cursos dentro do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB,1997). Concorre também para impulsionar e respaldar definições importantes desta reformulação a legislação proposta e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para diferentes cursos de graduação em nível superior, de forma a adequá-los ao disposto na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

1. REFERENCIAIS DO CURSO

1.1. Caracterização e Evolução da Área de Ciências Sociais

Sinteticamente o conceito de Ciências Sociais pode ser definido como “*Um conjunto de disciplinas que tentam de forma objetiva estudar os sistemas e estruturas sociais, os processos políticos e econômicos, as interações de grupos ou indivíduos diferentes com a finalidade de fundamentar um corpus de conhecimento possível de verificação*” (Dicionário de Ciências Sociais, FGV, Rio, 1987, p. 184).

As Ciências Sociais pertencem ao ramo de conhecimento das Ciências Humanas (Economia, Psicologia, Geografia, História, Demografia, etc.) e o seu surgimento, enquanto campo acadêmico e atividade profissional, está historicamente ligado à emergência da sociedade industrial e de massa no século XIX, sendo precedido pelo pensamento iluminista que abriu caminho, no século XVIII, ao pensamento crítico e laico

A concepção da sociedade como um fato natural data de Aristóteles, mas só ressurge com força no século XVIII com Montesquieu e a idéia de estabelecer leis explicativas de natureza social. Mais tarde, no campo das Ciências Humanas, os economistas foram os primeiros a formular leis sociais, comparando-as com as leis físicas, como explicação científica para o funcionamento do mercado e do comportamento dos agentes econômicos para explicar os fenômenos sociais e políticos. Hoje, não há um paradigma claramente hegemônico nas Ciências Sociais (como existe na Física ou na Biologia) ou numa das três áreas duras em que se divide o campo. Por esse motivo, ao contrário do que ocorre nas ciências exatas ou biológicas, é difícil estabelecer uma bibliografia de referência única. Na verdade, cada paradigma possui sua bibliografia de referência e o campo como um todo tem avançado através do diálogo permanente entre os diversos modelos analíticos.

Mas foi com Augusto Comte (1798-1857), que cunhou o termo “sociologia”, que a idéia de que a sociedade é produzida especificamente por leis sociais (o consenso social) começou a se estabelecer. Por conta disso, alguns autores apontam Comte como fundador das Ciências Sociais e da Sociologia em particular. Contudo, essa interpretação é problemática por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, porque ignora ou relega para um segundo plano toda uma linhagem de pensamento que remonta ao iluminismo e tem seu ponto de partida nas obras seminais de Hobbes/Locke/Rousseau sobre a relação contratual entre o Estado e a Sociedade. Em segundo lugar porque é difícil localizar na obra de Comte um corte epistemológico ou uma revolução científica a partir do qual se pode datar o nascimento de uma nova disciplina ou uma maneira radicalmente original de pensar os fatos sociais.

É mais correto pensar na formação das Ciências Sociais como um produto plural de diversas contribuições de autores pioneiros como Marx, Durkheim, Weber e Simmel, apenas para citar os mais notáveis. Cada

um desses autores inaugurou reflexões originais sobre o funcionamento da sociedade e estabeleceram tradições teóricas que depois iriam se ramificar em várias vertentes que constituiriam posteriormente os fundamentos da Antropologia, Ciência Política e Sociologia. O ponto em comum entre esses autores são as reflexões voltadas para a sociedade industrial e de massa, politicamente organizada em Estados nacionais e constituída por grupos e classes sociais que compartilham crenças, valores e ideologia. Estes autores criaram categorias de análises chaves que permitiram estudar grandes classes de fenômenos sociais (conflito, ideologia, religião), tipos e aspectos da organização social (capitalismo, burocracia, partidos), grandes conceitos (anomia, carisma, estrutura, sistema) e grandes modelos explicativos da sociedade (marxismo, culturalismo, funcionalismo, estruturalismo) e do comportamento dos atores sociais tanto ao nível micro quanto ao nível macro.

A origem diversificada das Ciências Sociais é produto da relação reflexiva entre o sujeito (o estudioso) e objeto (a sociedade e seus valores) que tipicamente caracteriza o campo das Ciências Humanas. Deste modo, desde o início a área foi constituída por diversos paradigmas e modelos de análise que competem (mas também se complementam) entre si.

Hoje, tanto a área de estudo quanto a carreira e a profissão estão plenamente institucionalizados em todo o mundo ocidental. Além do curso de Ciências Sociais e afins serem oferecidas pelas maiores e mais prestigiosas universidades, as três grandes áreas de especialização contam com associações científicas internacionais e nacionais de prestígio que promovem congressos e outros eventos e são responsáveis por revistas e outras publicações especializadas.

Como se poderá ver mais adiante, a carreira do cientista social enseja ao profissional um largo conjunto de atividades que poderá ser exercida tanto no setor público quanto no setor privado.

No Brasil, as Ciências Sociais, tal como a concebemos hoje, tiveram uma introdução relativamente tardia. Embora diversos autores do século XIX possam ser apontados como pioneiros da análise social na verdade os primeiros autores que produziram obras com a marca teórica e o uso de técnicas e métodos reconhecidos como da área remontam apenas aos anos 20 e 30. Entre esses autores encontram-se nomes como as de Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, todos eles reconhecidos pela literatura especializada como “interpretadores do Brasil”. Esta geração, contudo, com a notável exceção de Gilberto Freyre (que estudou Antropologia nos Estados Unidos com Franz Boas), não tinha originalmente uma formação específica em Ciências Sociais. Apenas a partir da segunda geração (no qual o maior nome talvez seja Florestan Fernandes) deve a sua formação intelectual a um curso universitário na área de Ciências Sociais.

À medida que as Ciências Sociais foram se consolidando no país, os profissionais da área sentiram necessidade de se organizar. Em 1965, foi fundada a primeira entidade civil de sociólogos que foi a

associação gaúcha de sociólogos, hoje desativada. Em 1970, foi criada a Associação de Sociólogos do Pará e, em 1971, a do Estado de São Paulo, a ASESP. Pelo fato deste último estado concentrar o maior de número de sociólogos e ter tradição de ensino e pesquisa na área de sociologia, a criação da associação estimulou profissionais de vários outros estados a se organizarem em entidades civis. Assim, gradualmente, vão surgindo nos estados as respectivas associações: no Rio de Janeiro (1975), no Ceará (1976), no Paraná (1977), em Pernambuco (1979), no Distrito Federal (1982).

A ASESP, nos seu primeiros anos, desempenhou , junto às outras associações estaduais e, a partir de 1977, junto à Associação de Sociólogos do Brasil (ASB), que, a partir de 1988, tem como sucessora a Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil – FNSB, importante papel na luta pela democratização da atividade de sociólogo e pelo reconhecimento da profissão. A partir de 1983, no âmbito do Estado de São Paulo, ela foi importante por criar uma entidade pré-sindical, que se converteu no Sindicato, em 1985, com objetivo principal de ampliar a capacidade de representação trabalhista e a fiscalização do exercício profissional. Desta maneira, os sociólogos desse estado são representados por duas entidades civis, de natureza distinta, mas que convergem em determinados papéis. Nos outros estados isto também ocorreu.

Em 1977, foi criada a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Atualmente, calcula-se que há em torno de 18 entidades sindicais e associativas de sociólogos, além da Federação Nacional de Sociólogos dos Brasil (FNSB), congregando 40.000 cientistas sociais dos quais 10.000 registrados no Ministério do Trabalho.

Hoje, no Brasil, as três áreas das Ciências Sociais estão representadas por associações científicas atuantes e bem estruturadas como a ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política, criada em 1986 e reativada em 1996), a SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia, criada em 1935, desativada e reorganizada nos anos 80). As três áreas também contam com comitês acadêmicos específicos no CNPq e na CAPES. O sistema de pós-graduação das três áreas é um dos mais antigos e institucionalizados da área das Ciências Humanas cobrindo praticamente todo o País e formando quadros para a vida acadêmica e diversas atividades profissionais do mercado (docência, pesquisa, consultoria, etc.). Na UFSCar a pós-graduação (mestrado e doutorado) é em Ciências Sociais (vinculado ao Comitê de Sociologia da CAPES) e, na última avaliação (2001/2002/2003) recebeu nota 5,0 (cinco). A produção nacional científica das três áreas é expressiva, possui nível internacional em algumas especialidades e, em termos quantitativos, é a maior da América Latina e a segunda das Américas (perde apenas para os Estados Unidos).

2. A PROFISSÃO DE CIENTISTA SOCIAL

2.1. Caracterização

O cientista social estuda a sociedade do ponto de vista antropológico, político e sociológico. A seguir estão resumidas as principais linhas de atividades de cada uma das especializações:

Antropologia: O antropólogo tem como foco principal de suas atividades o estudo dos fenômenos sociológicos por meio da análise das relações simbólicas de ordem cultural que permitiriam apreender a sua inteligibilidade no âmbito dos contextos diversos de sua manifestação. Tem como principais áreas de atuação tanto a etnologia (voltada predominantemente para populações indígenas e/ou tribais) quanto o estudo de grupos populacionais específicos no contexto da sociedade moderna e contemporânea, de acordo com recortes teórico-metodológicos e/ou temáticos diversos (antropologia urbana, antropologia da educação, antropologia da saúde, entre outras).

Ciência Política: O cientista político tem suas atividades voltadas para o estudo do Estado e do poder. Sob esta perspectiva tem como foco (e especializações) as instituições (governo, legislativo, partidos, regras institucionais) e o comportamento político (eleições, opinião pública, movimentos políticos e sociais). Estuda também as idéias políticas (ideologia e cultura política), bem como as relações internacionais e a política comparada.

Sociologia: O sociólogo tem suas atividades voltadas para o estudo das relações sociais na sociedade moderna e contemporânea. Tendo como pais fundadores autores tão diversos entre si como Marx, Durkheim, Weber e Simmel a Sociologia desde seu início é constituída por modelos e paradigmas de análise competitivos que estruturaram tradições teóricas tanto de cunho macro-sociológicas quanto micro-sociológicas. O campo, como na Antropologia e Ciência Política, possui diversas especializações e técnicas de pesquisa e abordagens que requerem formação específica.

2.2. Regulamentação da profissão

Desde de 1952, a profissão de sociólogo aparece classificada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, mas, no Brasil, seu reconhecimento foi bastante tardio.

No final da década de 60, um grupo de sociólogos paulistas começou a se mobilizar para constituir uma associação profissional, tendo em vista a necessidade de lutar pela regulamentação da profissão e delimitação do campo de atuação profissional. Formou-se então a “Comissão Pró-Formação da Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo – ASESP, que começou a recolher material e dados sobre a categoria, desencadear intensa discussão e aglutinação de profissionais. O movimento conquistou o apoio de sociólogos de renome nacional e internacional, bem como da sociedade civil, e, assim, após intensos trabalhos preparatórios, em 10 de agosto de 1971, a Associação foi criada, o que mereceu significativo destaque na imprensa e foi um passo decisivo para o reconhecimento da profissão.

O primeiro projeto de lei, visando regulamentar a profissão de sociólogo foi apresentado ao Congresso em 1961, pelo deputado paulista Anis Badra. Esse projeto, em 1963, recebeu substitutivo do deputado gaúcho Brito Velho. Após tramitação de vários anos, foi aprovado, mas, ao ser encaminhado à sanção presidencial, recebeu veto total do então presidente, Marechal Castelo Branco, alegando indefinição da área de atuação do sociólogo.

Após o veto presidencial, vários grupos de estudos de sociólogos, professores e estudantes de Ciências Sociais, passaram à discussão e elaboração de novos projetos.

Em 1967, foi levado ao Congresso novamente o projeto do deputado Anis Badra, com algumas alterações e, em 1971, dois novos projetos dos deputados paulistas Faria Lima e Francisco Amaral, que divergiam entre si. O projeto deste último recebeu uma série de emendas resultantes de sugestões apresentadas por sociólogos, através da ASESP. Em 1974, o senador Vasconcelos Torres elaborou um novo projeto de lei, que não foi aprovado, e que, depois, foi reapresentado, em 1975, recebendo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Finalmente, em 10 de dezembro de 1980, por meio da Lei nº 6888, foi reconhecida a profissão de sociólogo, 47 anos depois da abertura do primeiro curso superior de Ciências Sociais, em São Paulo.

Em 15 de dezembro de 1983, pela Portaria nº 3230 do Ministério do Trabalho, a profissão foi enquadrada no grupo do Plano da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais – CNPL. O decreto nº 89531, de 05 de abril de 1994, regulamentou a lei supra-referida.

Ao contrário da legislação de regulamentação de outras profissões, a dos sociólogos não inclui a criação dos Conselhos Federal e Estaduais. Com a inexistência deles, o registro profissional é feito na Delegacia Regional de Trabalho – DRT, ou, em sua falta, em órgão que a substitua. No caso de outras profissões, o Código de Ética Profissional costuma ser uma resolução do Conselho Federal. Na falta deste, os sociólogos aprovaram o seu no X Congresso Nacional de Sociólogos, no dia 13 de setembro de 1996, de forma indicativa para discussão nos estados nos 6 (seis) meses seguintes. Os antropólogos tem o seu código específico. Finalmente, cabe indicar que no momento está tramitando no Senado projeto de lei propondo a criação dos supra referidos conselhos.

2.3. Campo de atuação profissional e mercado de trabalho

O trabalho dos sociólogos é predominantemente intelectual e como profissionais eles podem exercer inúmeras atividades tanto no setor público quanto no setor privado.

Entre o campo de atuação estão basicamente as áreas de pesquisa, docência, assessoria, consultoria e planejamento e envolve inúmeras questões relacionadas a recursos humanos e organizacionais, meio ambiente, ação coletiva, direitos humanos, planejamento urbano e relações internacionais.

São exemplos mais específicos de atividades por eles exercidas as seguintes: operar com pesquisa social, pesquisa de mercado, pesquisa de opinião e sondagens; elaborar análises sociais para órgãos públicos, empresas privadas, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições voltadas à ação coletiva, sistematizar/gerir informações diversas; produzir diagnósticos sócio-econômicos; elaborar projetos de planejamento e de desenvolvimento para uma região ou cidade; propor rumos políticos-organizacionais para empresas; assessorar candidatos a cargos públicos ou parlamentares/governantes já eleitos; contribuir para a capacitação de movimentos sociais; exercer a docência em escolas fundamentais e médias, públicas ou privadas; dedicar-se à vida acadêmica como professores e/ou pesquisadores universitários, atuando em cursos de Ciências Sociais, Psicologia, Educação, História, Comunicação Social, entre outros, orientando alunos, realizando pesquisas, dando assessorias na área educacional.

No que se refere às condições de trabalho, o cientista social pode trabalhar individualmente ou em grupos, no caso de estudos interdisciplinares em áreas como urbanismo, saúde, meio ambiente e outros. A elaboração de artigos/relatórios pode ser feita no escritório, em casa, em redações de jornais e revistas ou editoras. Como funcionário de empresas, o cientista social trabalha em horário regular, geralmente em equipe, com profissionais de outras áreas, como, por exemplo, estatística, urbanismo, economia, pedagogia, assistência social.

O mercado de trabalho para os cientistas sociais ainda não é amplo o suficiente para abrigar todos os formandos, embora as tendências profissionais estejam se ampliando e novos campos de atuação estejam sendo criados.

Em relação às empresas privadas, as pesquisas, assessorias e consultorias são pontuais e exigem retorno imediato, de modo geral. Nota-se um crescimento das oportunidades no setor de pesquisa de opinião pública. Estão começando a ser contratados profissionais para atuar nas áreas de “marketing” e recursos humanos. Em épocas de eleição, surgem boas chances de trabalho de consultoria para partidos políticos. O mercado editorial também tem sido uma opção, com a expectativa de aumento das publicações de jornais e revistas, para que o trabalho de cientistas sociais tem sido requerido. No caso das ONGs, os financiamentos internacionais declinaram e elas sobrevivem às custas de freqüentes reavaliações de sua estrutura, parcerias, terceirização e conseqüente redução de pessoal. Quanto ao setor público, as principais contratações se dão no âmbito das universidades e centros de pesquisa e no aparato governamental em funções técnicas e de planejamento.

Apesar do mercado restrito, é incontestável a presença cada vez maior dos cientistas sociais nos debates sobre os problemas da realidade social e política do país, nos organismos de pesquisa, nos meios de comunicação, nas universidades, nos órgãos governamentais, e no cenário político nacional.

2.4. Exigências para o exercício profissional

Para o exercício da profissão de sociólogo é necessário o diploma de curso de graduação em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, bem como o registro na Delegacia Regional do Trabalho – DRT ou outro órgão correspondente a ela.

Além do respeito aos dispositivos legais há uma série de outros requisitos que ganham relevância na contratação muitos deles em comum àqueles exigidos de vários outros profissionais. O documento “Perfil do profissional a ser formado na UFSCar” (Parecer CEPE nº 776/2001) atende a eles.

Ao lado da formação técnico-científica de qualidade, cada vez mais são valorizados a formação cultural ampla; o preparo para a pesquisa; a capacitação para manter-se atualizado; a facilidade para comunicar-se bem por escrito e oralmente; a disponibilidade para o diálogo, a construção de consensos, o trabalho em equipes multidisciplinares; o raciocínio crítico e fundamentado; a sensibilidade...

3. A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

3.1 Antecedentes

No início do século XX, com o desenvolvimento teórico e empírico e uma crescente especialização em várias sub-áreas, as Ciências Sociais foram introduzidas como carreira profissional e área de conhecimento nas universidades europeias e nos Estados Unidos. Na Europa, em países como a França e a Inglaterra, os cursos receberam o nome de Ciências Sociais ou Sociologia e nos Estados Unidos, além da formação mais geral (Ciências Sociais), várias universidades adotaram também desde cedo uma formação específica numa das três grandes áreas do campo (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). A origem dos cursos, em cada caso nacional, é variável. Em vários países os cursos de Ciências Sociais se desmembraram ou das Escolas de Ciências Jurídicas (e de disciplinas como Filosofia do Direito ou Teoria do Estado) ou de Filosofia.

O ensino das Ciências Sociais no Brasil teve início na década de 30 através dos cursos pioneiros de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política e na USP.

O projeto da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, divulgado em 27 de maio de 1933, era ambicioso, mas as primeiras aulas foram ministradas em condições modestas, nas salas emprestadas à noite pela Escola de Comércio Álvares Penteado, no tradicional largo de São Francisco. Só em 1954 seria ocupado, em tempo integral, o casarão da rua General Jardim, 522, onde a escola funciona até hoje. Entre as duas datas, consolidou-se o prestígio da Escola de Sociologia e Política. Em, 1936, é formado por ela o primeiro sociólogo do país.

O reconhecimento oficial pelo governo paulista como instituição de utilidade pública veio em 1938. No ano seguinte, a ESP foi incorporada à Universidade de São Paulo, como instituição complementar autônoma, status que manteve até o início da década de 80. Foi o conteúdo pedagógico, porém, que garantiu à Escola o respeito e a admiração dos meios intelectuais brasileiros.

O modelo institucional era europeu, mas o corpo docente e o perfil curricular foi marcado pela influência norte-americana. Sob o comando do diretor Cyro Berlinck, foram recrutados professores originários da Escola de Chicago, em torno da qual, a partir da década de 20, se estabelecera um centro de estudos de sociologia e antropologia notável pelas investigações relativas às condições da vida urbana, com metodologias inovadoras e numa perspectiva de reforma social.

Marcos importantes da trajetória da ESP, nesse período, foram a publicação da revista Sociologia (1939-1966) e, em 1941, o início dos cursos de pós-graduação. Paralelamente, começou a desenvolver-se intensa

atividade relacionada a estudos e projetos encomendados por órgãos públicos e pela iniciativa privada, que perdura até hoje.

Na USP, o curso de Ciências Sociais e Políticas foi criado juntamente com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em 25 de janeiro de 1934. Com forte influência européia e com vários professores estrangeiros, especialmente franceses como Levy Strauss e Roger Bastide, as aulas eram dadas inteiramente em francês e o curso tinha a duração de três anos com poucas disciplinas anuais. Entre a 2ª e a 3ª geração de cientistas sociais formadas na USP estão nomes como os de Antonio Candido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza, Maria Isaura P. de Queiroz, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni que viriam a exercer grande influência na consolidação e institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo e no Brasil.

A partir dos anos 50, num período em que o país passa por um processo acelerado de industrialização e urbanização, os cursos de Ciências Sociais se disseminam pelo Brasil através das universidades federais, criando, deste modo, pólos regionais como os da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o da Universidade Federal de Pernambuco e o da Universidade Nacional do Brasil.

Em levantamento realizado em 2000 estimava-se a existência de 60 cursos de graduação nas esferas pública e privada, além de 34 programas de pós-graduação, inclusos mestrado e doutorado. Dos cursos de graduação, 20% (12) estão no Estado de São Paulo.

3.2 O Curso de Ciências Sociais na UFSCar

Em 1987, o Núcleo de Ciências Sociais, então vinculado ao Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação (DFCFE), transformou-se no Departamento de Ciências Sociais através da Portaria GR nº 463 de 06.11.1987. Na mesma época, passou a integrar também o Departamento de Ciências Sociais o Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD). Em 1986, antecipando-se à criação do curso de graduação em Ciências Sociais, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Ainda em 1987, uma comissão interna, composta pelos docentes José Albertino R. Rodrigues, Marina Cardoso, Flávio Luizeto e Ramón Peña Castro elaborou o projeto de criação do Curso de Graduação em Ciências Sociais em cumprimento ao projeto previsto no Plano Diretor. A proposta de criação foi aprovada pelo Parecer CEPE n 081/90 de 26/07/1990. Em 1991 teve o início das atividades da primeira turma com 40 matrículas, formada em 1994. Em 1996, o curso foi oficialmente reconhecido pelo MEC através da Portaria 1.220 de 05/12/1996.

Desde a sua criação, o curso oferece 40 vagas no vestibular, número esse que passou a ser 50 vagas a partir de 2003. A partir de 1997, o curso teve um crescimento constante na relação candidato/vaga. Naquele ano, eram 3,6 candidatos por vaga oferecida. No ano seguinte saltou para 4,6/vaga, em 1999 para 5,3 e em 2000 quase que triplicou, indo para 14,7/vaga, quando a média geral da UFSCar tinha duplicado entre 1999 e 2000. O crescimento na relação candidato/vaga foi mantido até o último vestibular: 19,5 inscritos por vaga – que representa, em média, o dobro da mesma relação existente em cursos tradicionais como os da USP e da UNESP/Araraquara para os cursos de Ciências Sociais. Dentre os cursos desta área em todo o Brasil, é o nosso que tem a mais alta relação candidato/vaga, mesmo com o aumento de 25% de vagas no vestibular de 2003. Deve também ser salientado que o DCSO está entre os departamentos da UFSCar que tem os mais altos índices de esforço docente, variando anualmente entre o segundo e terceiro lugares. O currículo pleno do Curso foi organizado à época de acordo com a Resolução CFE s/n, de 23 de outubro de 1962, com 2670 horas-aula e período de integralização previsto para 4 (quatro) anos, mas dentro de uma perspectiva inovadora, a tal ponto que as duas reformulações pelas quais o curso passou, a de 1995 e a que está sendo proposta neste momento, mantiveram a concepção original.

Tal concepção privilegiava uma sólida formação teórica nas Ciências Sociais, acompanhando o estado da arte nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, ao lado de uma formação científica capaz de garantir ampla e consistente visão do conhecimento e instrumentalizar o graduando com capacitações adequadas, garantindo-lhe elementos metodológicos para investigar a realidade social. Com a base teórica e a instrumentação metodológica, ele cobriria no futuro a variada gama de atividades que o cientista social pode exercer e que já foram mencionadas anteriormente.

Essas atividades vão desde o ensino em vários níveis até as atividades de consultoria, assessoria, pesquisa, planejamento e avaliação em campos tão distintos como na esfera política (governo, executivo e legislativo, partidos, campanhas eleitorais), social (ONGs, terceiro setor, órgãos sociais, etc.) e econômica (empresas). Além do mais, a formação geral do cientista social o capacita para desempenhar outras funções não necessariamente ligadas à sua formação específica como o jornalismo ou atividades culturais. Com esse preparo, a perspectiva era a de atrair jovens que estivessem interessados em se encaminhar para vários setores de atividades, vendo concretamente a possibilidade de adquirir capacidades para se situar com segurança em vários segmentos do mercado de trabalho, e não aqueles com um vago “interesse social”.

A estrutura geral do curso previa uma seqüência de disciplinas introdutórias, seguidas daquelas que tratam das teorias clássicas, das contemporâneas, da sociedade brasileira e dos temas atuais.

Na reformulação de 1995, as alterações se limitaram a transformar algumas disciplinas obrigatórias em optativas, acrescentar, ou suprimir outras, alterar o número total de créditos (de 178 para 182), modificar o período de oferecimento de disciplinas/atividades.

O projeto ora apresentado se organiza de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Sociais (Parecer CNE/CES nº 492/2001, publicado no D.O.U. de 09/07/2001, Seção 1, p. 50) e o

Parecer CEPE/UFSCar nº 776/2001 (“Perfil geral do profissional a ser formado na UFSCar”). Ele, na verdade, renova e moderniza as disciplinas, articula de modo mais concatenado as matérias de formação teórica e metodológica das áreas de concentração e atualiza as ementas e dá ao aluno uma maior flexibilidade na escolha das disciplinas optativas e eletivas que, por sua vez, foram reforçadas e valorizadas. Contudo, a concepção pedagógica que orienta a seqüência e a distribuição das disciplinas ao longo do curso se manteve a inalterada.

4. PERFIL DO PROFISSIONAL

4.1 Perfil Comum: O Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSCar visa formar profissionais que tenham uma formação teórico-metodológica sólida, tanto no que condiz à sua fundamentação em torno dos três campos disciplinares que compõem o curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), quanto a uma formação humanística mais ampla, que lhes propicie o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade analítica necessária ao desempenho das suas atividades profissionais. O projeto acadêmico visa, assim, a formação de cientistas sociais que sejam intelectualmente capazes de articular a reflexão teórica e conceitual sobre os fundamentos sócio-culturais, políticos, históricos e econômicos da realidade social brasileira e mundial com a análise empírica de seus desdobramentos contemporâneos em diferentes conjunturas.

O cientista social formado na UFSCar deve estar apto a desempenhar funções públicas e atividades profissionais, seja no âmbito da academia, do Estado, do mercado ou do chamado Terceiro Setor, que requeiram capacidade de questionamento crítico; de observação e análise de tendências sociais; de formulação de diagnósticos, diretrizes, propostas e cenários prospectivos, bem como estratégias de planejamento e gestão relacionadas a políticas públicas ou demandas sociais, envolvendo problemas de relevante interesse político, social, científico e cultural.

Sob o prisma mais amplo de seu Projeto Pedagógico, o curso visa oferecer aos alunos uma tripla formação, envolvendo os seguintes aspectos: i) *Formação para o ensino*, visando desenvolver competências didático-pedagógicas com base em habilidades de exposição, argumentação e análise teórica¹; ii) a *Formação para a Pesquisa*, visando fornecer-lhes fundamentação e treinamento teórico-metodológico para atuarem em atividades de pesquisa, seja na carreira acadêmica ou fora dela, como agentes produtores, divulgadores e debatedores de novos conhecimentos no âmbito das ciências sociais e de áreas afins; iii) a *Formação para o Mercado de Trabalho*, visando desenvolver competências reflexivas, analíticas e técnico-instrumentais, valorizadas em diferentes áreas no mercado de trabalho (ensino superior; planejamento de políticas

¹ Dada a não existência ainda da licenciatura em Ciências Sociais na UFSCar privilegia-se aqui o ensino superior.

públicas; serviços de consultoria e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, sindicais e similares; gestão de recursos humanos; pesquisas de mercado, comunicação, mídia, e indicadores sociais junto a instituições públicas, privadas e outras).

4.2 Perfil Específico: Sob o estrito ponto de vista do conhecimento, a formação em Ciências Sociais envolve capacidade de reflexão e aquisição de conhecimentos em diversas disciplinas de caráter teórico e metodológico, abrangendo três áreas básicas de *domínio específico* (a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia) ~ as quais se somam conhecimentos complementares em áreas de *domínio conexo* como História, Economia, Filosofia e Estatística. O curso envolve ainda um núcleo de *formação livre*, dentro do qual o aluno pode cursar disciplinas de outras áreas de conhecimento que correspondam a interesses acadêmicos específicos ou possam contribuir para a sua formação humanística mais ampla.

A formação nas áreas de domínio específico abrange teorias clássicas e contemporâneas, bem como as contribuições mais relevantes das Ciências Sociais brasileiras. A formação metodológica envolve o aprendizado de métodos e técnicas de pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, por meio da inserção dos alunos em grupos e projetos de pesquisa que lhes ofereçam oportunidades de treinamento adequado.

5. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

5.1. Descrição das principais competências e habilidades gerais

Podem-se distinguir dois tipos de competências e habilidades gerais e específicas que o curso almeja desenvolver nos alunos: **a) capacidades críticas de caráter teórico e conceitual;** e **b) capacidades de caráter metodológico e/ou instrumental.** Essa dupla capacitação, que visa desenvolver não somente habilidades de raciocínio analítico, sintético, interpretativo ou especulativo sistemático, mas também articulá-las com questões de interesse político, social e cultural, são detalhadas a seguir.

a) Competências e habilidades teórico-conceituais

As competências teórico-conceituais abrangem capacidades analíticas, interpretativas, argumentativas e discursivas, cujo desenvolvimento dá-se basicamente por meio da formação teórica nas disciplinas clássicas e contemporâneas de Antropologia, Sociologia e Política, às quais se soma a contribuição de disciplinas de outras áreas de domínio conexo (História, Economia e Filosofia). O aluno deverá adquirir para tal:

- o domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade analítica própria ao seu desempenho profissional para investigar, expor e debater, inclusive publicamente, dados e idéias sobre

problemas científicos, políticos, sociais e culturais envolvendo aspectos diversos, históricos ou contemporâneos, da vida social brasileira e internacional;

- demonstrar competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social, por meio do compromisso ético com os dados e informações de pesquisa coletados referentes a problemas relevantes de natureza sociológica, política ou cultural que afetam populações ou grupos populacionais definidos.

b) Competências e habilidades de caráter metodológico e instrumental

São as habilidades intermediárias, envolvendo aspectos estratégicos ou instrumentais das ciências sociais, entre as quais se destacam as capacidades de:

- formular e desenvolver pesquisas pertinentes e relevantes ao campo de investigação da Antropologia, da Política e da Sociologia, inclusive na interface com outras áreas de conhecimento;
- conhecer os diversos métodos de análise produzidos no âmbito das Ciências Sociais e saber articulá-los de acordo com a sua pertinência ao objeto de pesquisa;
- desenvolver competência técnica (inclusive, em informática) para coleta, processamento e análise de dados e indicadores sociais diversos.

5.2. Descrição das atitudes e procedimentos.

O curso está estruturado de forma a abrigar um conjunto de disciplinas de formação teórica geral e específica (áreas de concentração em Antropologia, Ciência Política e Sociologia), e um conjunto de disciplinas metodológicas que enfatizam métodos e técnicas de pesquisa na área de Ciências Sociais. Em relação ao primeiro conjunto a ênfase é dada às aulas teóricas, que visam à exposição analítica das principais correntes teórico-metodológicas das Ciências Sociais por área de conhecimento (Antropologia, Ciência Política e Sociologia, além daquelas de domínio conexo e formação livre). Também são realizados seminários para que os alunos possam desenvolver suas habilidades analíticas, discursivas e argumentativas, além do incentivo à produção de trabalhos monográficos que procurem desenvolver a reflexão analítica sobre determinados problemas teóricos, autores ou temas relevantes tratados nos cursos, ou ainda campos ou áreas de atuação profissional (como é o caso das disciplinas optativas por área de concentração que tendem a privilegiar os dois últimos aspectos, e estão direta ou indiretamente relacionadas às linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes que atuam no curso, predominantemente vinculados ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais).

O segundo conjunto compreende disciplinas de fundamentação metodológica adstrita ao campo geral das Ciências Sociais, assim como disciplinas de caráter mais empírico e técnico sobre métodos de pesquisa tanto quantitativos quanto qualitativos. Disciplinas agrupadas sob essa “rubrica” incentivam a realização de

trabalhos empíricos (por meio da atribuição de créditos práticos), que é uma das formas de iniciação dos alunos às atividades de pesquisa, completada pela obrigatoriedade da formulação de um projeto de pesquisa e de uma monografia de conclusão de curso, além da sua inserção em grupos de pesquisa (por meio da Iniciação Científica) ou atividades extensionistas (a exemplo do ACIEPES).

5.3. Competências específicas

Esta é induzida pela organização diferenciada do currículo, que comporta, *pari passu* à formação teórica geral, comum e integrada entre as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, a formação diferenciada dos alunos por área de concentração a partir do terceiro ano do curso, por meio da oferta de um conjunto de disciplinas optativas que lhes seriam específicas. Tal fato, entretanto, não caracteriza alguma forma de especialização, dado que o número de disciplinas e créditos a serem cursados e cumpridos por área (05) equivale ao número mínimo de disciplinas a serem cursadas em outras áreas e cursos (05), totalizando 10 disciplinas optativas que possibilitam ao aluno uma certa margem de flexibilidade e autonomia para completar a sua formação ou trajetória acadêmica.

5.4 Área de formação

O Curso de Ciências Sociais da UFSCar, tal como aqui descrito e que comporta tanto a possibilidade de uma formação teórico-metodológica sólida e comum (articulada pelos dois “conjuntos” principais de competências e habilidades) quando uma formação diferenciada por área de concentração permite, assim, habilitações e competências específicas em 4 grandes áreas de formação: formação de bacharéis, formação aplicada-profissional, formação de docentes e formação de pesquisadores.

6. GRUPOS DE CONHECIMENTO E CONTEÚDOS CURRICULARES BÁSICOS

Os grupos de conhecimentos discriminados a seguir abrangem o que está sendo considerado no curso como o repertório básico para que o egresso, em seu exercício profissional, faça novas construções e adquira novos conhecimentos.

6.1. Formação Específica teórica: correspondem ao grupo de disciplinas clássicas e contemporâneas de Antropologia, Sociologia e Política, às quais se soma a contribuição de disciplinas de outras áreas de domínio conexo (História, Economia e Filosofia). Tais disciplinas devem ter como conteúdos básicos:

- identificar os condicionamentos históricos, sócio-econômicos, político-institucionais e culturais do comportamento humano, inclusive no plano das representações e interpretações prevaletentes sobre as causas, os efeitos e o sentido dos processos envolvidos;

- reconhecer o caráter essencial dos processos de interação social, comunicação e socialização na formação dos sujeitos como membros de coletividades sócio-culturais diversas;
- compreender o sentido histórico e cultural diferenciado (portanto, aberto e inacabado) das diversas formações societárias, particularmente, em relação ao processo civilizatório moderno que é, em sua essência, desigual, contraditório e de longa duração, sujeito a avanços e retrocessos nos planos político, social e cultural;
- identificar componentes ideológicos e de distinção social que estão na origem de preconceitos e crenças que informam não apenas as noções e práticas do senso comum, mas também o próprio discurso científico e político a respeito de tais noções, compreendendo-os à luz dos condicionamentos histórico-sociais e do paradigma antropológico;
- compreender a complexidade da ordem simbólica e a diversidade cultural dos padrões sociais de racionalidade, pensamento e ação, valorizando a pluralidade de conhecimentos, técnicas e práticas culturais dos diferentes povos e línguas;
- discernir papéis e estratégias de atuação pessoal e coletiva no âmbito de diferentes instituições e arenas sociais, como o Estado, o governo e a sociedade civil;
- formular políticas públicas, por meio de atividades de planejamento, consultoria e assessoria a instituições ou organizações, quer públicas, quer privadas, visando reduzir as desigualdades e a exclusão social, bem como promover a inclusão política, econômica, social e cultural de grupos ou populações desfavorecidos;
- valorizar o pluralismo político, ideológico, estético e cultural, e promover atitudes de tolerância e respeito às diferenças coletivas e individuais;
- valorizar as interações sócio-culturais entre a sociedade e o meio ambiente, mediadas pelos processos de inovação e difusão tecnológica, visando favorecer o desenvolvimento sustentável através de uma concepção interdisciplinar das relações entre biodiversidade e sociodiversidade.

6. 2. Formação específica metodológica e instrumental:

- formular questões pertinentes ao campo de investigação da Antropologia, da Política e da Sociologia, inclusive na interface com outras áreas de conhecimento;
- formular hipóteses e métodos de análise pertinentes ao problema de investigação e às questões levantadas;
- articular métodos de análise quantitativos e qualitativos pertinentes ao objeto de pesquisa, a partir de fontes criteriosamente selecionadas;
- aplicar e desenvolver métodos de análise de fenômenos ou tendências sociais empiricamente observadas através de planejamento criterioso das técnicas e procedimentos de coleta de dados e informações pertinentes, da crítica das fontes primárias ou secundárias envolvidas, e da avaliação sistemática dos resultados;

- produzir e/ou analisar criticamente indicadores sociais diversos (demográficos, econômicos, político-eleitorais, entre outros);
- coletar e analisar dados etnográficos mediante situações de observação participante ou interação densa com grupos específicos ou povos de origem sócio-cultural diversa.

6.3 Formação complementar

A formação complementar corresponde às disciplinas oferecidas pelos diversos domínios conexos (Economia, Estatística, História, Letras, Filosofia) que os alunos devem cursar. O objetivo principal dessa formação é proporcionar aos alunos uma formação ampla em diversos saberes que direta ou indiretamente se articulam com as competências e habilidades esperadas de um Cientista Social.

6.4 Formação livre

A formação livre é constituída por disciplinas escolhidas livremente pelo aluno em função da sua curiosidade e interesses intelectuais e se destinam a ampliar a formação do aluno por áreas e domínios necessariamente não articulados a formação direta do Cientista Social.

7. GRADE CURRICULAR

O projeto acadêmico do curso encontra-se adequado a uma organização curricular de caráter integral e seqüencial (abaixo esquematicamente reproduzido) que permite tanto um núcleo comum de formação quanto a especialização dentro das áreas de concentração específicas das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). De acordo com esse perfil seqüencial, a formação teórica comum e coordenada entre as três áreas que constituem o núcleo duro das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) é feita durante os dois primeiros anos e meio da formação do aluno, congregando também disciplinas de Formação Geral (História e Economia Política) e de Fundamentação Filosófica e Metodológica.

Disciplinas de caráter mais especificamente metodológico são também oferecidas ao longo do curso para permitir a integração da formação teórica com os métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais, preparando o aluno, desde o início, para o exercício dessa atividade, particularmente, a partir do segundo ano quando o aluno deverá já cursar a disciplina Projeto de Pesquisa Social, para atender as exigências atuais de ingresso dos alunos em projetos de pesquisa e iniciação científica já a partir do terceiro ano (ver tabela 1 mais adiante).

Notadamente a partir do terceiro ano, o aluno deverá optar por um conjunto de 10 disciplinas, dentre as quais 05 seriam específicas da sua área de concentração (Antropologia, Ciência Política, Sociologia), podendo complementar a sua formação humanística geral com mais 05 disciplinas optativas, que podem

ser escolhidas dentre aquelas oferecidas pelas outras áreas que não a de sua área de concentração (03 disciplinas) e (02) outras disciplinas oferecidas por outros cursos e departamentos da UFSCar. De acordo com este último critério, disciplinas eletivas podem também ser consideradas para esta opção, e revalidadas como optativas para o Curso, desde que tenham a aprovação prévia do Coordenador do Curso ou do professor orientador. Ao final do curso, o aluno deverá apresentar uma Monografia de Conclusão de Curso, na qual deverá demonstrar a sua capacitação teórico-metodológica por meio do desenvolvimento de um projeto de pesquisa que demonstre o domínio sobre a bibliografia e a metodologia geral e específica da área de concentração dentro da qual o projeto foi desenvolvido.

Privilegiando a especificidade da formação no curso, o projeto pedagógico e o conteúdo curricular visam, pois, tanto a integração entre as áreas duras e nucleares das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Sociologia) quanto uma formação mais especializada no âmbito de cada área para a atuação profissional do cientista social, permitindo ao mesmo tempo uma formação humanística mais ampla e a abertura para outras áreas do conhecimento. Salienta-se também a ênfase que é dada às disciplinas metodológicas e o incentivo à inserção dos alunos quer em projetos ou linhas de pesquisa desenvolvidas pelo corpo docente tanto do Departamento de Ciências Sociais quanto de outros Departamentos da UFSCar, visando à formação qualificada de pesquisadores para atuarem tanto na área de ensino quanto em áreas propriamente mais técnicas (planejamento, consultoria, e outras) dentre aquelas oferecidas pelo mercado de trabalho.

7.1 ESTRUTURA DO CURSO

QUADRO 1

Primeiro Ano	1º semestre Disciplinas Introdutórias e de Formação Geral	2º semestre Teorias Clássicas e Fundamentação Filosófica e Metodológica
Segundo Ano	3º semestre Teorias Contemporâneas e Métodos e Técnicas de Pesquisa I	4º semestre Teorias Contemporâneas e Métodos e Técnicas de Pesquisa II - Projeto de Pesquisa
Terceiro Ano	5º semestre Sociedade Brasileira	6º semestre Optativas (05)
Quarto Ano	7º semestre Optativas (05)	8º semestre Monografia de Conclusão de Curso

OBS: Os alunos, a partir do 5º Semestre, e com autorização prévia do orientador/coordenador do curso, poderão cursar as disciplinas optativas obedecendo a seguinte proporção: 05 (cinco) disciplinas optativas da área de concentração; 03 (três) disciplinas optativas de outras áreas do curso e 02 (duas) disciplinas optativas de outros cursos da UFSCar.

7.2 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR PERFIL

QUADRO 2

Perfil 1- Disciplinas Introdutórias e de Formação Geral	Perfil 2- Teorias Clássicas e Fundamentação Filosófica e Metodológica	Perfil 3- Teorias Contemporâneas e Métodos e Técnicas de Pesquisa I	Perfil 4- Teorias Contemporâneas e Métodos e Técnicas de Pesquisa II
Introdução à Antropologia	Antropologia Clássica	Antropologia Contemporânea I	Antropologia Contemporânea II
Introdução à Política	Política Clássica	Política Contemporânea I	Política Contemporânea II
Introdução à Sociologia	Sociologia Clássica	Sociologia Contemporânea I	Sociologia Contemporânea II
Economia Política	Metodologia Cso	Estatística Aplicada às Ciências Humanas	Projeto de Pesquisa Social
História Moderna e Contemporânea	Formação do Pensamento Filosófico Moderno	Pesquisa Qualitativa em Cso	Pesquisa Quantitativa em Cso
Comunicação e Expressão			
Perfil 5- Sociedade Brasileira	Perfil 6- Optativas(05)	Perfil 7- Optativas (05)	Perfil 8- Monografia de Conclusão de Curso
Antropologia da Sociedade Brasileira			
Política Brasileira Contemporânea			
Sociologia Brasileira			
História Social do Brasil			
Economia Brasileira			

7.3 DISCIPLINAS POR PERFIL COM N°. DE CRÉDITO E REQUISITOS

QUADRO 3

PERFIL 1

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
	Introdução à Antropologia	Obrig.	04	-
	Introdução à Política	Obrig.	04	-
	Introdução à Sociologia	Obrig.	04	-
	Economia Política	Obrig.	04	-
16.201-9	História Moderna e Contemporânea	Obrig.	04	-
06.201-4	Comunicação e Expressão	Obrig.	04	-

PERFIL 2

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
	Antropologia Clássica	Obrig.	04	Int. Ant.
	Política Clássica	Obrig.	04	Int. Pol.
	Sociologia Clássica	Obrig.	04	Int. Soc.
	Metodologia das Ciências Sociais	Obrig.	08	Int. Soc.
18.018-1	Formação do Pensamento Filosófico Moderno	Obrig.	04	-

PERFIL 3

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
	Antropologia Contemporânea I	Obrig.	04	Ant.Clas.
	Política Contemporânea I	Obrig.	04	Pol.Clas.
	Sociologia Contemporânea I	Obrig.	04	Soc.Clas.
15.126-2	Estatística Aplicada às Ciências Humanas	Obrig.	04	Met.CSo
16.192-6	Pesquisa Qualitativa em Cso	Obrig.	08	Met. Cso

PERFIL 4

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
	Antropologia Contemporânea II	Obrig.	04	Ant.Cont.I
	Política Contemporânea II	Obrig.	04	Pol.Cont.I
	Sociologia Contemporânea II	Obrig.	04	Soc.Cont.I
	Projeto de Pesquisa Social	Obrig.	08	Met.Cso
	Pesquisa Quantitativa em CSO	Obrig.	08	Met.Cso/Est.

PERFIL 5

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
	Antropologia da Sociedade Brasileira	Obrig.	04	Ant.Cont.II
	Política Brasileira Contemporânea	Obrig.	04	Pol.Cont.II
	Sociologia Brasileira	Obrig.	04	Soc.Cont.II
16.211-6	História Social do Brasil	Obrig.	04	-
16.409-7	Economia Brasileira	Obrig.	04	Ec.Pol..

PERFIL 6

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
	Cinco Disciplinas Optativas.	Obrig.	20	Disciplinas Cont. II das áreas
Área de Antropologia				
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
Área de Política				
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
Área de Sociologia				

	Opt.	04
	Opt.	04
	Opt.	04
	Opt.	04
	Opt.	04

PERFIL 7

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
	Cinco Disciplinas Optativas- Disciplinas oferecidas pelo DCSO neste período para outros cursos de graduação em caráter obrigatório, de acordo com a área de concentração.	Obrig.	20	Disciplinas Cont. II das áreas
Área de Antropologia				
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
Área de Política				
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
Área de Sociologia				
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	
		Opt.	04	

PERFIL 8

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
16.191-8	Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais*	Obrig.	20	16.192-6 16.193-4 Projeto de Pesquisa Social

7.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS (Perfil 6 e 7) POR ÁREA E DOMÍNIO CONEXO

QUADRO 4

Código	Disciplina	Caráter	Créd.	Requisito
Área de Antropologia				
16.116-0	Antropologia da Saúde	Opt.	04	
16.504-2	Cultura e Ideologia	Opt.	04	
16.506-9	Etnologia Brasileira	Opt.	04	
16.509-3	Minorias Étnicas e Identidade	Opt.	04	
16.510-7	Comportamento e Cultura	Opt.	04	
16.511-5	Temas Contemporâneos em Antropologia Social	Opt.	04	
16.514-0	Antropologia Política	Opt.	04	
16.516-6	Pesquisa de Campo em Antropologia	Opt.	08	
16.5182	Tópicos Especiais em Antrop. Social I	Opt.	04	
16.517-4	Seminários em Antropologia Urbana	Opt.	04	
Área de Política				
16.305-8	Temas de Política Contemporânea	Opt.	04	
16.306-6	Políticas Públicas	Opt.	04	
	Estado e Sociedade no Brasil	Opt.	04	
	Partidos e Sistemas Partidários	Opt.	04	
	Mídia, Opinião Pública e Política	Opt.	04	
16.315-5	Política e Relações de Trabalho	Opt.	04	
16.316-3	Introdução À História da Guerra	Opt.	04	
Área de Sociologia				
16.102-0	Sociologia da Educação 1	Opt.	04	
16.103-9	Sociologia da Educação 2	Opt.	04	
16.104-7	Sociologia das Profissões	Opt.	04	
16.111-0	Planejamento e Análise de Survey	Opt.	04	
16.112-8	Indicadores Sociais	Opt.	04	
16.120-9	Sociologia Industrial e do Trabalho	Opt.	04	
16.121-7	Tecnologia e Sociedade	Opt.	04	
16.126-8	Sociologia do Conhecimento	Opt.	04	
16.127-6	Sociologia Urbana	Opt.	04	
16.128-4	Sociologia das Organizações	Opt.	04	
16.129-2	Espaço e Sociedade	Opt.	04	
16.130-6	Sociedade e Meio Ambiente	Opt.	04	
16.131-4	Sociologia do Trabalho	Opt.	04	
16.132-2	Sociologia Histórica	Opt.	04	
16.134-9	Estrutura Social Brasileira	Opt.	04	

16.135-7	Movimentos Sociais	Opt.	04
16.136-5	Sociologia da Religião	Opt.	04
Domínio Conexo de economia			
16.400-3	Economia Geral	Opt.	04
16.405-4	Economia das Empresas	Opt.	04
16.401-1	Introdução à Economia Política da Educação	Opt.	04
16.410-0	Administração de Empresas I	Opt.	04
16.411-9	Administração de Empresas II	Opt.	04
16.432-1	Economia Internacional	Opt.	04
Domínio conexo de História			
16.206-0	História Política do Brasil	Opt.	04
16.207-8	História das Revoluções Modernas	Opt.	04
16.209-4	História dos Partidos Políticos no Brasil	Opt.	04
16.210-8	História das Doutrinas Políticas	Opt.	04
Domínio conexo de Filosofia			
18.003-3	Filosofia e Ética	Opt.	04

7.5 TOTALIZAÇÃO DE CRÉDITOS

QUADRO 5

Disciplinas / nº. créditos:	Nº. de disciplinas	Total de créditos
Disciplinas de 04 créditos	32	128
Disciplinas de 08 créditos	04	32
Disciplinas de 20 créditos	01	20
TOTAL	37	180

8. EMENTAS DAS DISCIPLINAS POR ÁREA E DOMÍNIO CONEXO

ÁREA: ANTROPOLOGIA

OBRIGATÓRIAS

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

1. O novo mundo, o “homem selvagem” e o discurso sobre a diferença.
2. O problema do etnocentrismo e do colonialismo.
3. A versão disciplinar das “sociedades primitivas”: evolucionismo, antropologia vitoriana e a controvérsia difusionista.
4. A antropologia culturalista norte-americana e a noção de relativismo.
5. O empiricismo britânico e a profissionalização do trabalho de campo.

ANTROPOLOGIA CLÁSSICA

1. Problemas de método: história, antropologia e o “presente etnográfico”.
2. O modelo estrutural-funcionalista como parâmetro da análise antropológica.
3. Formação do parentesco como campo da investigação antropológica: descendência e aliança. Parentesco, organização social e sistemas políticos.
4. O problema da religião na antropologia clássica: o totemismo.
5. O dom, a reciprocidade e a troca: a economia elementar nos estudos clássicos.

ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA I

1. Princípios teóricos gerais: a escola francesa de sociologia.
2. O pensamento estruturalista na antropologia de Lévi-Strauss: o modelo da lingüística estrutural como parâmetro da explicação sociológica.
3. O debate entre o estruturalismo francês e o marxismo.
4. Símbolos, mitos e totens: em direção a uma teoria da cultura.
5. O impacto do estruturalismo na teoria antropológica.

ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA II

1. A crítica ao estruturalismo e a formação de outras vertentes teóricas no campo disciplinar da antropologia contemporânea.
2. O interpretativismo como orientação metodológica: o contraponto hermenêutico na investigação antropológica.
3. O discurso antropológico e o trabalho de campo: (re)visando ou (re) interpretando a antropologia.
4. Modernidade e pós-modernidade na antropologia.
5. Direções atuais da investigação etnográfica nas sociedades urbanas.

ANTROPOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

1. O pensamento social brasileiro e a formação do campo da antropologia no Brasil: raça, cultura e o problema da identidade nacional.
2. Delimitação do campo da antropologia da sociedade brasileira: a questão racial, a questão indígena e os estudos de comunidade.
3. Formação do campo da antropologia urbana no Brasil: principais temas e orientações teórico-metodológicas.

4. O Brasil visto por meio de duas categorias antropológicas: “indivíduo” e “pessoa”.
5. Desenvolvimentos teóricos e recortes metodológicos atuais no campo da antropologia da sociedade brasileira.

OPTATIVAS

CULTURA E IDEOLOGIA

1. O problema terminológico dos conceitos de “cultura” e “ideologia”.
2. As variantes “primitivas”: a cultura como totalidade.
3. As variantes modernas: a ideologia como valor e como instrumento.
4. Problemas derivados I: história e estrutura.
5. Problemas derivados II: cultura e política.

ETNOLOGIA BRASILEIRA

1. Os primeiros viajantes e as sociedades tribais brasileiras: impressões, descrições e a questão colonial.
2. Formação das sociedades tribais ameríndias: história e etno-história, aspectos teóricos e problemas conceituais.
3. Principais aspectos da organização social e do parentesco nas sociedades ameríndias: classificações étnicas, estruturas sócio-políticas e mecanismos institucionais.
4. Teorias sobre o processo de interação das sociedades tribais ameríndias na sua relação com a sociedade nacional: aculturação, contato interétnico e reprodução cultural.
5. O indigenismo e as políticas indigenistas atuais.

MINORIAS ÉTNICAS E IDENTIDADE

1. O problema da identidade na teoria antropológica a partir das noções de representação, classificação e valor.
2. Perspectivas antropológicas sobre a questão da identidade a partir da noção de pessoa.
3. O conceito de grupo étnico, processos de identidade, identificação e articulação étnica: os aspectos contrastivos, sociológicos e políticos-ideológicos.
4. Diversidade cultural, identidade e etnicidade: o problema da diferença no contexto ideológico das sociedades modernas.
5. Políticas raciais e identitárias nas sociedades contemporâneas. Relações e políticas raciais no Brasil.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Estudo detalhado de autores e suas obras, determinadas teorias ou áreas de pesquisa a serem definidas a partir da demanda dos alunos.

ANTROPOLOGIA DA SAÚDE

1. Os conceitos básicos da teoria antropológica: cultura, sociedade e indivíduo. diversidade e relativismo cultural; o fundamento simbólico da vida social.
2. Princípios gerais de antropologia da saúde: a construção social do corpo, da enfermidade e das estratégias terapêuticas.
3. O parâmetro de análise antropológica aplicado à medicina e à psiquiatria.
4. Relações entre medicina oficial e medicina popular: aspectos da integração da clientela aos sistemas de saúde.
5. Medicina popular no Brasil: concepções populares sobre doença e cura; religião, enfermidade e processos terapêuticos.

COMPORTAMENTO E CULTURA

1. Fundamentos da construção da teoria antropológica: natureza e sociedade, unidade versus diversidade e a questão do relativismo cultural.
2. Teoria da cultura: o conceito de representações simbólicas e o postulado sobre o fundamento simbólico da vida social.
3. Relações entre psicologia e antropologia I: indivíduo e sociedade, corpo e ordem social, pessoa e indivíduo.
4. Relações entre psicologia e antropologia II: processos rituais, práticas terapêuticas e sistemas simbólicos.
5. Relações entre psicologia e antropologia III: antropologia aplicada à psiquiatria e a psicologia.

ANTROPOLOGIA POLÍTICA

1. Sistemas políticos, linhagens e processos de segmentação: estrutura social e organização política.
2. Teorias do conflito, disputa e “acordo” sob o prisma do funcionalismo britânico e suas variantes.
3. Territorialidade e poder: a vertente explicativa da antropologia francesa.
4. Do Estado e sua negação: sociedades “contra” o Estado e a “desnaturalização” do princípio da hierarquia e autonomia da esfera política.
5. Antropologia da guerra.

PESQUISA DE CAMPO EM ANTROPOLOGIA

1. Fundamentos da pesquisa de campo a partir do estudo dos clássicos.
2. Problemas epistemológicos, técnicos e éticos envolvidos na pesquisa de campo de caráter antropológico.
3. Modalidades e recursos instrumentais da pesquisa etnográfica.
4. Modelos de projeto e relatório etnográfico.
5. Da observação à construção analítica: explicação e compreensão na abordagem antropológica dos fenômenos sociais.

SEMINÁRIOS EM ANTROPOLOGIA URBANA

1. O contexto urbano como objeto da investigação etnográfica e da análise antropológica.
2. Lazer e sociabilidade no contexto urbano.
3. Política, cidadania e espaço social.
4. Movimentos sociais urbanos.
5. Outros temas de antropologia urbana: religiosidade e metrópole; movimentos juvenis urbanos; violência e criminalidade; pessoa, corpo e modernidade.

ÁREA: POLÍTICA

OBRIGATÓRIAS

INTRODUÇÃO À POLÍTICA

1. O campo da Ciência Política.
2. Estado, poder e dominação.
3. O debate entre marxismo e liberalismo no século XIX.
4. Principais vertentes da Ciência Política no século XX.

POLÍTICA CLÁSSICA

1. A fundação da teoria política moderna.
2. Estado de natureza e estado civil.
3. Estado, soberania, divisão de poderes,
4. Liberdade política e vontade popular no debate clássico dos séculos XVII e XVIII.

POLÍTICA CONTEMPORÂNEA I

1. O Estado na teoria política clássica e contemporânea.
2. A formação do Estado Moderno.
3. Estado e políticas públicas.
4. Federalismo e divisão de poderes.
5. Estados nacionais, conflitos e instituições internacionais.

POLÍTICA CONTEMPORÂNEA II

1. Temas e teorias da Ciência Política contemporânea.
2. Regimes políticos e sistemas de governo.
3. Teorias da democracia.
4. Democracia e instituições políticas.

POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

1. Modelos analíticos
2. Instituições políticas.
3. Atores estratégicos, agenda política e processo decisório.
4. Comportamento político.

OPTATIVAS

PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

1. Os temas e as questões políticas e sociais nos séculos XIX e XX.
2. O debate sobre a formação da Nação e a Organização do Estado.
3. Nacionalismo e desenvolvimentismo.
4. Continuidades e rupturas no debate político e social recente.

ESTADO E SOCIEDADE NO BRASIL

1. Estado e sociedade civil.
2. Atores políticos e ação coletiva
3. As transformações na esfera do Estado.
4. As novas configurações políticas e sociais da sociedade brasileira.

PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

1. Regimes políticos, partidos e sistemas de partido.
2. Modelos de partido.
3. Os efeitos do sistema eleitoral sobre o sistema partidário.
4. Clivagens partidárias.
5. Volatilidade e fragmentação partidária; partidos, eleições e estabilidade democrática.

MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA

1. Origem e desenvolvimento da comunicação de massa.
2. Os paradigmas teóricos.
3. A mídia de massa e a formação da opinião pública.
4. O uso da mídia de massa no processo político.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. A teoria das relações internacionais: conceitos básicos.
2. O mundo entre as duas guerras mundiais
3. A guerra fria.
4. O quadro mundial do pós guerra fria.

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. A trajetória das políticas públicas nos estados modernos ocidentais no século XX.
2. Balanço das principais vertentes para a análise do Estado de Bem Estar Social.
3. Análise de políticas governamentais.
4. Gestão pública

POLÍTICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Teorias de relações de trabalho.
2. Evolução das representações sindicais e dos direitos do trabalho no Século XX.
3. Estudos comparados de relações de trabalho.
4. Relações de trabalho no Brasil.

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA GUERRA

1. A teoria da guerra: Clausewitz e os anticlausewitzianos.
2. A guerra no século XIX.
3. Guerra total.
4. Guerra insurrecional.
5. O debate sobre a transformação da guerra.

ÁREA: SOCIOLOGIA

OBRIGATÓRIAS

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

1. O campo e o objeto da sociologia.
2. Origens sociais do pensamento sociológico.
3. Principais precursores do pensamento sociológico: Saint Simon, Comte e outros.
4. O pensamento sociológico de Marx: materialismo histórico; relações sociais de produção; Estado, luta de classes e revolução.
5. Interlocutores contemporâneos de Marx.

SOCIOLOGIA CLÁSSICA

1. O processo de institucionalização acadêmica da sociologia como campo de conhecimento científico.
2. O pensamento de Durkheim : definição do método e do objeto da sociologia; a divisão social do trabalho e a emergência da sociedade moderna; representações e consciência coletivas.
3. O pensamento de Weber: a sociologia compreensiva e a ação social; formas de poder e de autoridade; processos de racionalização e burocratização.
4. Outras vertentes clássicas do pensamento sociológico.

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA I

1. A Escola de Chicago e o pensamento sociológico nas primeiras décadas do século XX.
2. O marxismo no pensamento sociológico do período.

3. O funcionalismo na teoria sociológica.
4. O “neo-marxismo” na sociologia.
5. Outras vertentes do pensamento sociológico do período.

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA II

1. Teoria dos sistemas e Teoria da ação comunicativa.
2. Fenomenologia e Interacionismo simbólico.
3. Teoria da prática: ação e estrutura na teoria sociológica contemporânea.
4. Novas vertentes interdisciplinares: sociologia histórica, sociologia cultural e outras.
5. Outras tendências atuais do pensamento sociológico.

SOCIOLOGIA BRASILEIRA

1. Formação do pensamento social no Brasil.
2. Formação da sociologia no Brasil: instituições e interpretações da sociedade brasileira.
3. Relação Estado e sociedade no Brasil.
4. Teorias da dependência e do desenvolvimento.
5. Tendências atuais da sociologia brasileira.

OPTATIVAS

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM SOCIOLOGIA

Estudo detalhado de autores e suas obras, determinadas teorias ou áreas de pesquisa a serem definidas a partir da demanda dos alunos.

ESTRUTURA E DINÂMICA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1. Nova ordem mundial: do fim da guerra fria à globalização.
2. A "era da informação": economia, política e cultura.
3. Mudanças na esfera do trabalho e da produção social.
4. Modernidade e pós-modernidade na cultura e nas instituições.

ESPAÇO E SOCIEDADE

1. Natureza e cultura na análise do Espaço.
2. A territorialidade das relações sociais: escalas e dimensões de análise.
3. Configurações espaciais e estrutura social: aspectos políticos, culturais, econômicos e ambientais das formas e funções do espaço e dos objetos geográficos.
4. O papel do Estado no ordenamento territorial: planejamento urbano, regional e ambiental.
5. Globalização e novas territorialidades.

ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

1. Hierarquia social no Brasil Imperial.
2. Burguesia e novas elites.
3. Dominados e identidade operária.
4. Classe média.
5. Mobilidade social no Brasil.

SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES RACIAIS

1. O conceito de raça.
2. A questão racial como objeto de reflexão sociológica.
3. Principais escolas do pensamento sociológico e a questão racial.
4. O pensamento social brasileiro e a questão racial.
5. Tendências e desenvolvimentos contemporâneos do pensamento social sobre relações raciais.

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

1. Objeto da sociologia do desenvolvimento.
2. Perspectivas sociológicas do desenvolvimento.
3. Crescimento econômico, desenvolvimento, e sustentabilidade.
4. Políticas de desenvolvimento no Brasil: o papel do Estado.
5. Mudança Social, processos de mudança e modernidade.

SOCIOLOGIA RURAL

1. A questão agrária e agrícola na modernização brasileira: interpretações sociológicas e econômicas.
2. O papel das políticas de Estado na estrutura e dinâmica do campo.
3. Agroindústria, pequena produção e agricultura familiar.
4. Movimentos Sociais, reforma agrária e assentamentos.
5. Diversificação sócio-econômica, modernização do campo e seus efeitos sócio-ambientais.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

1. A abordagem sociológica da educação: natureza da Sociologia da Educação e tendências no seu desenvolvimento.
2. A educação no pensamento sociológico clássico.
3. A educação no pensamento sociológico contemporâneo.
4. A Sociologia da Educação no Brasil.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

1. Desenvolvimento e educação no Brasil e América Latina.
2. Educação e trabalho.
3. Políticas educacionais e o desenvolvimento da educação brasileira.
4. Análise sociológica de problemas educacionais brasileiros.
5. Interculturalismo e multiculturalismo na Educação.

SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

1. O conceito de profissão.
2. Principais escolas no pensamento sociológico anglo-americano.
3. As profissões na Europa continental e as relações com o Estado.
4. As profissões superiores no Brasil.
5. Novas tendências.

SOCIOLOGIA INDUSTRIAL E DO TRABALHO

1. Trabalho e força de trabalho.
2. Divisão social e divisão técnica do trabalho: cooperação e exploração no sistema capitalista.
3. Processo de trabalho e controle sobre o processo de trabalho: a questão da gerência.
4. Tecnologia e organização do trabalho: do taylorismo à produção flexível.
5. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho.

TECNOLOGIA E SOCIEDADE

1. Desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento social.
2. Tecnologia e organização do trabalho.
3. O desenvolvimento da alta tecnologia (automação industrial, micro-eletrônica e seu impacto sobre a composição da força de trabalho).
4. Novas tecnologias de comunicação e informação e seu impacto sobre a cultura.

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

1. As condições sociais de produção do pensamento científico e filosófico.
2. Processos de racionalização da vida social e racionalidade técnico-científica.
3. Ciência, Ideologia e Utopia.

4. Paradigmas sócio-culturais do conhecimento científico.
5. Relativismo cultural e etno-conhecimento.

SOCIOLOGIA URBANA

1. Campo e objeto da sociologia urbana.
2. A cidade como categoria histórico-social.
3. A cidade no processo de acumulação capitalista.
4. Ecologia urbana. A cultura urbana e os movimentos sociais.
5. Política e planejamento urbano: o papel do Estado.

SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES

1. Perspectivas clássicas sobre organizações: Durkheim, Weber e outros.
2. Perspectivas sobre o trabalho industrial: Taylorismo, a escola das relações humanas, e abordagens críticas.
3. O institucionalismo no estudo das organizações: interesses, contextos, estruturas informais dentro das organizações formais, consequências não previstas das estruturas formais.
4. A escolha racional na análise das organizações.
5. O novo institucionalismo: campos organizacionais, mimesis interorganizacional, papel simbólico da estrutura formal, esquemas de classificação e ação rotineira.

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

1. O corpo conceitual predominante na análise socio-econômica do meio ambiente.
2. O debate atual na sociologia ambiental.
3. Movimentos sociais e lutas ambientais: recortes geracionais, religiosos, de gênero e outros.
4. Políticas de gestão ambiental: protocolos internacionais e legislação ambiental; a nova racionalidade econômica e a emergência dos “mercados verdes”: a ISO 14.000.
5. Políticas Públicas, problemas ambientais e estratégias de enfrentamento decorrentes do processo de globalização.

SOCIOLOGIA DO TRABALHO

1. O trabalho nas relações sociais de produção do capitalismo industrial.
2. Conflitos do trabalho e organização sindical.
3. Direitos trabalhistas e modelos de relações de trabalho.
4. Organização do trabalho, produtividade e qualificação da força de trabalho.
5. Reestruturação produtiva e mudanças no mercado de trabalho.

SOCIOLOGIA HISTÓRICA

1. A re-emergência dos estudos históricos na sociologia contemporânea.
2. Métodos de análise na sociologia histórica: comparações, eventos e seqüências.
3. Desenvolvimento e mudança das macro-estruturas: estados e sistemas econômicos.
4. Sociologia histórica do conflito social.
5. Sociologia histórica da vida cotidiana.

MOVIMENTOS SOCIAIS

1. Os movimentos sociais nas sociedades modernas.
2. Os movimentos clássicos e a teoria das revoluções.
3. Os novos movimentos sociais no mundo e no Brasil.
4. Movimentos sociais específicos: mulheres, negros, ecológicos, sem terra, étnicos, nacionalistas, e outros.

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO

1. Definições da religião e escopo da disciplina.
2. A sociologia da religião nos autores clássicos da sociologia.
3. Os principais sociólogos da religião pós-clássicos.
4. Debates contemporâneos na sociologia da religião: secularização; religião e política e outros.
5. Correntes religiosas no Brasil: tradicionais e contemporâneas.

METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

1. Noções gerais sobre o conceito de ciência e os elementos do conhecimento científico: conceitos, leis e generalizações teóricas; as noções de paradigma e de “revoluções científicas”.
2. A especificidade da constituição das ciências humanas no campo do conhecimento científico: subjetividade e objetividade na relação de conhecimento.
3. Métodos de investigação nas ciências sociais: observação e experimentação; indução, dedução e inferência.
4. O problema do determinismo e da causalidade na análise dos fenômenos sociológicos.
5. Modelos de construção teórica: explicação, compreensão e a formalização de modelos, tipologias e teorias sociológicas.

PROJETO DE PESQUISA SOCIAL

1. O processo de pesquisa e a inter-relação de suas etapas.
2. O delineamento dos vários tipos de pesquisa em Ciências Sociais.
3. Técnicas de observação e coleta de dados.
4. Técnicas de elaboração de um projeto de pesquisa: definição do objeto, objetivos, hipóteses, problemática teórica e metodológica.
5. Elaboração de um projeto de pesquisa.

PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

1. Abordagens qualitativas como alternativas metodológicas em pesquisa social.
2. Pesquisa antropológica, etnográfica, estudo de caso e pesquisa histórico-sociológica como tipos de pesquisa social-qualitativa.
3. O planejamento de pesquisa-qualitativa: questões básicas relativas às diferentes etapas.
4. Técnicas de coleta de dados em pesquisa qualitativa: observação, entrevista, história-de-vida, depoimentos, histórico oral, análise documental e análise de conteúdo.
5. Análise de dados nas abordagens qualitativas: problemas éticos e metodológicos.

PESQUISA QUANTITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

1. Unidades de análise e tipos de variáveis.
2. Formas de pesquisa quantitativa e fontes de dados.
3. Universos e amostras.
4. Tabelas de percentagens e associações entre variáveis.
5. Experimentos, quase-experimentos e controle estatístico. A análise causal com tabelas.

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

1. Desenvolvimento do projeto elaborado na disciplina "Projeto de Pesquisa Social".
2. Apresentação e discussão dos projetos em seminários internos
2. Apresentação pública a uma comissão designada pelo conselho de coordenação do curso. (ver normas para a elaboração e apresentação da monografia na secretaria do curso).

OPTATIVAS:**PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE "SURVEY" (Rever ementa para sua padronização)**

1. O "Survey" como tipo de pesquisa: definição e comparação com outros tipos de pesquisa.
2. Classificação do "Survey" quanto aos objetivos e "design".
3. Planejamento de um "Survey": questões básicas relativas às diferentes etapas.
4. Técnicas de coleta de dados: o questionário e a entrevista.
5. Organização e administração do trabalho de campo.
6. Preparação e análise de dados: criação e transformação de variáveis. Construção de índices. A representação estatística dos dados. Modelos de elaboração dos dados.
7. O relatório final: conteúdo e estrutura.

INDICADORES SOCIAIS

1. O significado dos indicadores sociais.
2. Qualidade de vida de uma população.
3. Indicadores de desenvolvimento econômico e Social.
4. Estatísticas Vitais.
5. Estado Social da Nação.

PESQUISA DE CAMPO EM ANTROPOLOGIA

1. Fundamentos da pesquisa de campo a partir do estudo dos clássicos.
2. Problemas epistemológicos, técnicos e éticos envolvidos na pesquisa de campo de caráter antropológico.
3. Modalidades e recursos instrumentais da pesquisa etnográfica.
4. Modelos de projeto e relatório etnográfico.
5. Da observação à construção analítica: explicação e compreensão na abordagem antropológica dos fenômenos sociais.

DOMÍNIO CONEXO ECONOMIA**OBRIGATÓRIAS****ECONOMIA POLÍTICA**

1. Formação do pensamento econômico na teoria clássica: Adam Smith e a produção de riqueza; Ricardo e a teoria da distribuição; Malthus e o problema da demanda efetiva;
2. Marx e a economia política: produção e reprodução capitalista.
3. A visão neo-clássica do funcionamento da economia: utilidade, preço de equilíbrio, fatores de produção, alocação ótima de recursos humanos, demanda efetiva.
4. Teorias do desenvolvimento econômico. teorias do imperialismo e do subdesenvolvimento. Desenvolvimento e crise das economias centralmente planejadas.
5. A revolução keynesiana: nova visão macro-econômica.

ECONOMIA BRASILEIRA

1. Bases e premissas para a formação do capitalismo brasileiro: o capitalismo agro-exportador.
2. Industrialização substitutiva e industrialização exportadora.
3. Desenvolvimento e nacionalismo: a controvérsia sobre o "nacional-capitalismo".
4. Crescimento econômico e dependência
5. Economia no Brasil contemporâneo.

OPTATIVAS

ECONOMIA GERAL

1. Objeto e método da Economia
2. Moeda e Mercado
3. Economia capitalista. Acumulação, monopolização e Internacionalização do capital
4. Estado e Economia

ECONOMIA INTERNACIONAL

1. Relações econômicas internacionais.
2. Comércio internacional: termos de troca e o balanço de pagamentos.
3. Finanças internacionais.
4. Crise do sistema monetário internacional.
5. Dívida externa e a crise do terceiro mundo.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

1. A economia mercantil, a divisão social do trabalho, formas de propriedade
2. A economia capitalista
3. Trabalho e educação

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA I

1. Breve histórico da escola clássica
2. Breve histórico do estruturalismo, sistemas abertos, funcionalismo
3. Os princípios administrativos
4. Planejamento, organização, direção, controle
5. Aspectos organizacionais, contábeis e financeiros

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA II

1. Ferramentas para o administrador de pessoal
2. Vendas, política e ferramenta de marketing
3. Sistema de vendas
4. Política de produção
5. O sistema de produção. Ferramentas para a produção.

DOMÍNIO CONEXO: HISTÓRIA

OBRIGATÓRIAS

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

1. A transição da idade média para os tempos modernos: o ocidente na época moderna.
2. A constituição do antigo regime: a economia, a sociedade e a cultura na época do antigo regime.
3. A crise do Antigo Regime: as revoluções na Inglaterra e na França.
4. A época contemporânea: a consolidação e as mudanças do capitalismo nos séculos XIX e XX.
5. Tipos de Estado, ideologias, movimentos sociais e revoluções nos séculos XIX e XX.

HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL

1. A formação da sociedade brasileira: características e transformações do processo de colonização até a crise do antigo sistema colonial.
2. A sociedade brasileira na época da sociedade colonial e no Brasil independente: o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

3. A sociedade brasileira na época republicana: a constituição do domínio oligárquico e sua crise.
4. A sociedade brasileira sob o moderno processo de urbanização e industrialização.

OPTATIVAS

HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL

1. A crise do antigo sistema colonial.
2. A organização do estado brasileiro.
3. O processo político do império.
4. A ideologia republicana e a crise da “República Velha”.
5. A emergência e colapso da política populista.

HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES MODERNAS

1. Conceitos, teorias e tipologias das revoluções.
2. As fontes para o estudo dos movimentos revolucionários.
3. Estudo das revoluções modernas

HISTÓRIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

1. As classes sociais no Brasil e suas organizações políticas.
2. Regionalismo e centralização.
3. Ideologia e política.
4. Organização social e representação partidária.

HISTÓRIA DAS DOUTRINAS POLÍTICAS

1. Teoria da cidade-estado.
2. O pensamento político na alta e baixa Idade Média.
3. Teoria do estado nacional.
4. O direito natural e as teorias do contrato.
5. Doutrinas absolutistas, liberais, democráticas, fascistas e socialistas.

DOMÍNIO CONEXO: FILOSOFIA

OBRIGATÓRIA

FORMAÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO MODERNO

1. O racionalismo moderno: a. contexto histórico-intelectual; b. Galileu, Descartes; c. O empirismo inglês.
2. A Filosofia das luzes: a. contexto histórico-intelectual; b. Rousseau e o iluminismo; c. Kant e o idealismo alemão.
3. Dialética e Positivismo: a. Hegel; b. Comte; c. Marx.
4. Tendências contemporâneas da filosofia.

OPTATIVAS

FILOSOFIA E ÉTICA

1. As duas vertentes da filosofia: o conhecimento e a ação.

2. A ética nas tradições do empirismo e do racionalismo.
3. A filosofia dos valores.
4. Ética e vida cotidiana.

FORMAÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO CONTEMPORÂNEO

1. Filosofia da linguagem e pragmatismo.
2. Fenomenologia, existencialismo e hermenêutica.
3. Dialética e teoria crítica.
4. Temas atuais do debate filosófico: cultura, linguagem e sociedade.
5. Temas atuais do debate filosófico: a questão da técnica e da ética.

DOMÍNIO CONEXO: LETRAS

OBRIGATÓRIA

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

1. Ciência e linguagem.
2. Desenvolvimento da expressão oral.
3. Produção de texto.
4. Leitura e análise do discurso

DOMÍNIO CONEXO: ESTATÍSTICA

OBRIGATÓRIA

ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS HUMANAS

1. Introdução à estatística.
2. Análise descritiva e exploratória de dados.
3. Medidas de tendência central, variabilidade e correlação.
4. Amostragem.
5. Inferência estatística.

7. O FORMATO DOS ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

7.1 Integração Ensino/Pesquisa/Extensão

A UFSCar oferece programas de apoio à docência e a projetos de pesquisa e extensão, com concessão de bolsas de atividade, monitoria, treinamento, extensão e iniciação científica, dando aos alunos alternativas de vivência enriquecedora e de prática profissional. O corpo docente e o corpo discente do Curso de Ciências Sociais participam ativamente dessas atividades que contribuem significativamente para a complementação da formação acadêmica. Os alunos são incentivados a apresentar os resultados obtidos em eventos científicos favorecendo o desenvolvimento de habilidades de comunicação científica que constituem uma habilidade importante no campo acadêmico.

Outro programa que vem sendo desenvolvido pelos docentes do Curso de Ciências Sociais, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão, é a Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE), uma experiência que se constitui numa importante forma de aprendizado e diálogo com variados segmentos sociais.

7.2 Atividades Complementares

Devem ser destacadas entre as atividades complementares as seguintes iniciativas, todas realizadas sem remuneração de crédito para o aluno:

1. **Laboratório de pesquisa.** O Curso de Ciências Sociais conta com as subunidades do Departamento de Ciências Sociais, o **Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD)** e o **Arquivo Ana Lagoa (AAL)**, para receber alunos de vários perfis e propiciar treinamento orientado em pesquisa quantitativa e qualitativa;
2. **Iniciação à pesquisa e ao ensino** ("aprender a ensinar"). Nesse nível o Curso de Ciências Sociais utiliza-se basicamente das bolsas de Iniciação Científica (CNPq e Fapesp) e das bolsas de monitorias, todas sob supervisão de um docente orientador, para propiciar atividades de iniciação à pesquisa articulada a um projeto de pesquisa desenvolvido por um docente e atividades de ensino através da atividade de monitoria.
3. **Iniciação profissional** no qual o aluno é orientado para o mercado de trabalho através da realização de estágios em organizações profissionais, sociais, sindicais, etc.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação do rendimento dos alunos do curso de Ciências Sociais da UFSCar segue os preceitos da Portaria GR nº 1408/96 e do Parecer do Conselho de Ensino e Pesquisa nº. 243/92. De acordo com estas normas internas, os Planos de Ensino das disciplinas descrevem, de forma minuciosa, os procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação, diferenciados e adequados aos objetivos, conteúdos e metodologias relativas a cada disciplina. Há, no mínimo, três momentos de avaliação, cabendo ao professor divulgar as notas no prazo máximo de quinze dias após o momento de avaliação, assegurando ao aluno o acompanhamento de seu desempenho acadêmico. O aluno regularmente inscrito em disciplina, nos diferentes cursos de graduação, será considerado aprovado quando obtiver, simultaneamente: frequência igual ou superior a 75% das aulas efetivamente dadas, ou atividades acadêmicas controladas, e desempenho mínimo equivalente à média final igual ou superior a seis.

A avaliação do curso é constante tanto pelos professores como pelos alunos e existe também a avaliação dos alunos pelos professores, dos professores pelos alunos, as quais são facilitadas através do padrão de avaliação institucionalizado pelo NEXOS-UFSCar, que é um sistema de desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

9. INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

A Universidade dispõe de infra-estrutura física que, além das áreas de lazer, esportes e serviços, inclui laboratórios, gabinetes para docentes e recursos diversos de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades de ensino no campus de São Carlos ocorrem tanto na Área Norte quanto na Área Sul. As salas de aulas, situadas em prédios específicos, possuem dimensões variadas e são mobiliadas e equipadas de acordo com as necessidades de cada turma e disciplina ministrada. As aulas do Curso de Ciências Sociais, em sua grande maioria, ocorrem na Área Sul, nas dependências dos prédios AT1 e AT2. Dentre os recursos disponíveis atendendo diretamente ao Curso, destacam-se a Biblioteca Comunitária (BCo), O Arquivo Ana Lagoa, os Laboratórios de Informática da Graduação (LIG) e salas de ensino da SIn.

9.1 Biblioteca Comunitária (BCo)

Em 1992, firmou-se um Convênio entre a UFSCar e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a viabilização financeira de um projeto pioneiro visando à aproximação e a integração de diferentes grupos de usuários. Trata-se de um novo conceito de biblioteca: não apenas universitária, mas atendendo a usuários de todos os níveis e graus de instrução, embora não haja intuito de tomar para si funções que são atribuídas às escolares e públicas, muito menos de deixar sua função de biblioteca universitária.

O projeto de funcionamento da Biblioteca Comunitária envolveu as Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão, além das bibliotecárias da UFSCar, com o apoio de professores dos Departamentos de Psicologia, Educação, Metodologia do Ensino e do Núcleo de Biblioteconomia e Ciência da Informação, à época. Concebida de forma inovadora, foi planejada para oferecer produtos e serviços aos diferentes segmentos da população universitária e atender, também, a usuários de 1º e 2º graus, a grupos de usuários especiais e comunidade em geral. O prédio da Biblioteca Comunitária, ao custo de R\$ 3,16 milhões, incluindo-se mobiliário e equipamentos de informática, foi inaugurado em dezembro de 1994. Suas atividades tiveram início em agosto de 1995, após a transferência total do acervo, antes localizado na Biblioteca Central (atual edifício do CECH), e hoje situado em seu próprio edifício, na Área Norte do campus de São Carlos. Abrange também a Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias, localizada em Araras.

Em seus 9.000 metros quadrados de área construída, a Biblioteca Comunitária subsidia as atividades de ensino e pesquisa. Seu acervo de 135.144 volumes de livros, sendo 123.866 no campus de São Carlos e outros 11.278 na Biblioteca Setorial do campus de Araras. Quanto aos periódicos, a Bco possui 3.365 títulos: 2858 em São Carlos e 507 em Araras. A Biblioteca possui também 39 bases de dados em CD-ROM. Integram este acervo, ainda, coleções de literatura científica e tecnológica, didática e paradidática do ensino de 1º e 2º graus, brasileira e infanto-juvenil, de multimídia e coleções especiais, banco de livros texto, Biblioteca do Professor de 1º e 2º graus e videoteca, com 590 fitas de vídeos.

Entre os acervos especiais, merecem destaque às coleções do sociólogo Florestan Fernandes, do jornalista Luís Martins – disponibilizada na Sala Luís Martins e constituída por 3.850 obras – e do engenheiro Vinicius Magalhães. O acervo Florestan Fernandes, de particular interesse para o curso de Ciências Sociais, dispõe de 20.000 documentos, dos quais 9.782 livros, em diversas áreas do conhecimento, com ênfase para a Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Esta biblioteca particular, adquirida pela UFSCar e integrada a BCo em 1996, após o falecimento de Florestan Fernandes em 1995, tornou-se um importante laboratório de pesquisas, não apenas sobre a obra deste renomado professor, como para valiosas bibliografias nas áreas de ciências sociais, educação e política, aprimoradas pelos comentários e ensaios do sociólogo.

9.2 Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD)

O Departamento de Ciências Sociais mantém, desde sua criação, o NPD, que reúne pesquisadores do departamento e outros pesquisadores associados. O referido núcleo, que ocupa instalações próprias no prédio do CECH, vem executando ao longo dos anos levantamentos e pesquisas para entidades privadas e públicas e é um dos principais locais de estágio e treinamento para os alunos do curso de Ciências Sociais.

9.3 Arquivo Ana Lagoa

O acervo especializado no período autoritário (1964-1985) foi criado e é mantido pelo Departamento de Ciências Sociais e compõe-se de livros, periódicos, separatas, recortes de jornais e revistas (cerca de 20.000 unidades), originais (aproximadamente 6.000 laudas) de matérias publicadas em jornais, pronunciamentos militares, documentos esparsos, entre outros.

O arquivo subsidia aos alunos dos cursos de Ciências Sociais (graduação e pós-graduação) a desenvolver pesquisas ao mesmo tempo em que tomam conhecimento da história recente do país através do estudo do período abrangido pelo acervo.

9.4 Laboratório de Informática para a Graduação (LIG-CSO)

O LIG-CSO é um laboratório para suporte aos alunos do Curso de Ciências Sociais. Conta com recursos para edição de textos, navegação na web, criação de homepages, elaboração de apresentações multimídia, criação de bases de dados, transferência de arquivos, entre inúmeros outros. O LIG-CSO pode ser utilizado para elaboração de trabalhos acadêmicos, comunicação com professores, alunos e outras pessoas, pesquisa bibliográfica em bases de dados especializadas, consulta a revistas científicas eletrônicas e exploração de novas tecnologias de informação, dentre outras possibilidades. O LIG-CSO possui hoje 12 computadores, 3 impressoras (1 do tipo jato de tinta e 2 matriciais).

Atualmente, o LIG-CSO está conectado à rede UFSCarNet e à internet, à taxa de 10 Mbps, com previsão de expansão em breve para 100 Mbps. O uso do LIG-CSO é acompanhado por monitores, que se revezam durante o horário de funcionamento.

9.5 Salas de Ensino Informatizadas

A Sala de Ensino da Secretaria Geral de Informática (SIn) é utilizada para apresentações multimídia e aulas práticas envolvendo uso de softwares, internet, acesso remoto a base de dados, dentre outras atividades. Possui 30 computadores (AMD K6 500 Mhz, 64Mb RAM, 10 Gb HD, acesso à internet 2), com softwares específicos instalados; 1 servidor com mesma configuração para o professor; 1 televisor de 29”, um vídeo-cassete e um canhão projetor para apresentações multimídia; e 2 impressoras HP 980.

A nova Sala de Ensino do prédio AT2 também se destina a apresentações multimídia e aulas práticas, envolvendo uso de softwares, internet, acesso remoto a bases de dados e outras atividades. Comporta até 56 alunos e possui 28 computadores (AMD Duron 950 MHz, 256 MbRAM, 60 Gb HD, acesso a internet 2), com sistema operacional Linux, 1 servidor com a mesma configuração para o professor e 1 canhão-projetor para apresentações em multimídia.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Ciências Sociais é composto por 16 professores permanentes e 5 professores substitutos do Departamento de Ciências Sociais, 01 professor do Departamento de Letras, 01 professor do Departamento de Estatística e 02 professores do Departamento de Filosofia.

11. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

Assim como os demais cursos de graduação da UFSCar, a administração acadêmica do Curso de Ciências Sociais é realizada por meio de uma Coordenação (regulamentada pela Portaria GR nº 1.242/92, de 3 de janeiro de 1992), composta por um Coordenador e um Vice-Coordenador, com apoio do Conselho de Coordenação e da Secretaria da Coordenação de Curso. Elegem-se o Coordenador e o Vice-Coordenador por voto de professores ministrantes de disciplinas, alunos e funcionários da Secretaria da Coordenação, em eleição bianual.

O Conselho de Coordenação se compõe de: Coordenador do Curso, como seu Presidente; Vice-Coordenador, como seu Vice-Presidente; um representante docente de cada uma das áreas de ensino, que oferecem disciplinas integrantes do currículo pleno; representantes das turmas de alunos do curso; e um representante da Secretaria de Coordenação de Curso.

Cabe à Coordenação, apoiada pelo Conselho de Coordenação: resolver todas as questões discentes; avaliar, junto com os alunos, o desempenho das disciplinas; solicitar aos Departamentos as disciplinas necessárias a cada semestre; encaminhar aos órgãos competentes todos os pedidos dos alunos, entre outras atribuições.

A Secretaria do Curso de Ciências Sociais se responsabiliza pelos serviços de apoio pertinentes ao bom funcionamento do Curso. Tem, entre outras atribuições, a tarefa de: assessorar a Coordenação do Curso nas tarefas administrativas e na implementação das deliberações do Conselho de Coordenação; organizar e manter o arquivo de documentos relacionados ao Curso; atender aos alunos em horários estabelecidos pela Coordenação; divulgar ao conjunto de alunos do Curso as ofertas de bolsas, estágios, empregos e demais informações de interesse ao ensino de graduação.

12. DADOS GERAIS DO CURSO

Número de vagas anuais: 50 (cinquenta)

Regime escolar: semestral

Turno de funcionamento: integral.

Integralização curricular: 8 (oito) semestres

Prazo mínimo para integralização: 6 (seis) semestres

Prazo máximo para integralização: 14 (quatorze) semestres

Total de créditos: (créditos em disciplinas obrigatórias, créditos em disciplinas optativas e créditos eletivos): 180

Carga Horária total: 2.700 horas